Ex-governador do Tocantins ganha HC por erro em desmembramento

Havendo investigados com foro por prerrogativa de função, cabe ao tribunal competente para o julgamento proceder ao desmembramento do inquérito. Esse foi um dos argumentos utilizados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao conceder liminar em Habeas Corpus favorável ao ex-governador de Tocantins Sandoval Cardoso. O político foi representado pelos advogados **Cezar Roberto Bitencourt, Belchior Guimarães Alves Filho e Vânia Barbosa Adorno Bitencourt.**

De acordo com o relator do HC no TRF-1, juiz convocado Henrique Gouveia da Cunha, a Justiça Federal de Palmas não poderia determinar o desmembramento do inquérito por devido à presença de investigados com foro por prerrogativa de função. No caso, além de Sandoval, são investigado no inquérito o deputado estadual Eduardo Siqueira Campos e o secretário estadual de Infraestrutura, Sérgio Leão.

“Cabe, única e exclusivamente, ao tribunal competente para processar o inquérito policial e ação penal decidir sobre eventual desmembramento do feito em relação a coinvestigados e corréus não detentores de prerrogativa de foro”, afirmou o relator, citando precedentes do Supremo Tribunal Federal e do TRF-1 no mesmo sentido.

O juiz convocado Henrique Gouveia da Cunha também afastou a prisão preventiva, substituindo-a por medidas cautelares, entre elas o pagamento de fiança no valor de R\$ 50 mil e a proibição de manter contato com qualquer outro investigado.

Sandoval Cardoso foi preso na chamada operação Ápia, no dia 13 de outubro, durante investigação sobre direcionamento de licitações e fraudes em contratos de obras de rodovias no Tocantins, envolvendo pelo menos 7 empreiteiras que receberam R\$ 1,2 bilhão do BNDES. O desvio pode alcançar entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, estimam os investigadores.

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

Date Created

30/10/2016